



## **Ensaio sobre Estado, Mercado e Desenvolvimento Econômico: revisitando Schumpeter e Nurkse**

**Otávio Florentino Detoni** Economia FEA/ Universidade de São Paulo (USP), Brasil,  
[otaviodetonii@gmail.com](mailto:otaviodetonii@gmail.com),

### **Resumo**

O presente artigo busca discutir o papel do Estado no desenvolvimento econômico das nações com base nas formulações teóricas de Schumpeter e Nurkse. O estudo revisita e elabora uma análise teórica e crítica de suas interpretações a respeito dos condicionantes do desenvolvimento econômico. A contribuição do estudo é o tratamento complementar que se dá à questão pela lente de Schumpeter e Nurkse. Para explicar o desenvolvimento, Schumpeter teoriza a necessidade do surgimento de inovações capazes de gerar uma onda de prosperidade nacional, no entanto, é razoável afirmar que em uma nação subdesenvolvida, onde o capital sofre entraves e os empresários não possuem incentivos em investir não é plausível esperarmos o surgimento espontâneo do empreendedor schumpeteriano. Nesse sentido, Nurkse entrega como resposta, o Estado, sendo este capaz de conduzir uma massiva onda de investimentos planejados, a fim de construir um mercado nacional que seja capaz de gerar retorno ao capital, levando as nações em desenvolvimento a experimentarem uma onda virtuosa de crescimento e prosperidade econômica.

### **Palavras-chave**

Desenvolvimento Econômico; Estado; Schumpeter; Nurkse.

### **Classificação JEL:**

O10; P10.

## **Essay on State, Market and Economic Development: revisiting Schumpeter and Nurkse**

### **Abstract**

This article aims to discuss the role of the State in the economic development of nations, based on the theoretical formulations of Schumpeter and Nurkse. The study revisits and develops a theoretical and critical analysis of their interpretations regarding the determinants of economic development. The contribution of this study is the complementary approach it applies to the issue through the lens of Schumpeter and Nurkse. To explain development, Schumpeter theorizes the need for the emergence of innovations capable of generating a wave of national prosperity. However, it is reasonable to say that in an underdeveloped nation, where capital faces obstacles and entrepreneurs have no incentives in investing, we cannot plausibly expect the spontaneous emergence of the Schumpeterian entrepreneur. In this



	sense, Nurkse offers the State as a solution, capable of driving a massive wave of planned investments, in order to build a national market capable of generating a return on capital, leading developing nations to experience a virtuous wave of growth and economic prosperity.	
<b>Keywords:</b>	Economic Development; State; Schumpeter; Nurkse.	
	Licença de Atribuição BY do Creative Commons <a href="https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/">https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/</a>	Submetido em 08/01/2024 Aprovado em 18/04/2024 Publicado em 16/09/2024

## Introdução

O papel do Estado no desenvolvimento econômico é, e segue sendo, tema de intensos esforços intelectuais nos debates da esfera econômica e política mundial. Recorrer a formulações teóricas de intelectuais e economistas do passado é fundamental para lançar luz a essa discussão e fomentar debates mais ricos a respeito do seu papel na economia. Afinal, o Estado é um empecilho ao desenvolvimento econômico ou um grande auxiliador e acelerador do processo?

A partir das formulações teóricas de Joseph Schumpeter, expressas em sua consagrada obra, “Teoria do Desenvolvimento Econômico” de 1911, e do sofisticado ensaio de Ragnar Nurkse escrito em 1957, “Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos”, o presente ensaio visa responder questões como a acima citada. Serão exploradas as principais contribuições desses autores, para a partir delas, construir um debate que amarre logicamente as teorias e consiga edificar uma sólida discussão a respeito do Estado, mercado e desenvolvimento econômico. As considerações de Schumpeter serão trazidas em um plano crítico mais panorâmico e geral, enquanto as de Nurkse em um plano crítico mais detalhado. Esta abordagem permitirá abranger os aspectos cruciais das duas teorias, fomentando um debate acadêmico enriquecedor e multidimensional.

A hipótese central deste trabalho sustenta que a estrutura teórica da TDE de Schumpeter é primariamente aplicável a nações desenvolvidas, enquanto as formulações de Nurkse (1957) são pertinentes a países em desenvolvimento. Tal distinção é essencial, visto que a omissão do papel do Estado na teoria de Schumpeter torna sua aplicação



limitada ao contexto de desenvolvimento econômico em países onde as possibilidades de lucro são restritas devido à limitação do mercado. Este estudo busca, portanto, explorar e elaborar sobre essa dualidade teórica, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais aprofundada e diferenciada do desenvolvimento econômico, levando em consideração as características distintas das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Além desta breve introdução, o ensaio está dividido em demais três seções. A segunda seção traz as principais contribuições de Schumpeter (1911) tangentes à sua formulação a respeito do rompimento do fluxo circular e desenvolvimento econômico. Por sua vez, a terceira seção se encarrega de exibir as principais ideias de Nurkse (1957) a respeito dos empecilhos para a formação de capital que amarra os países subdesenvolvidos à estagnação. Por fim, a quarta e última seção, expressa e discute as diferenças e as intersecções das formulações de Schumpeter (1911) e Nurkse (1957), buscando gerar um debate acerca do papel do Estado, criação de mercado e desenvolvimento econômico.

### **Joseph Schumpeter e o Rompimento do Fluxo Circular**

Joseph Alois Schumpeter, nascido na província austríaca de Morávia, estudou direito e economia na Universidade de Viena, e em 1911 publicou seu célebre ensaio “Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Nessa obra, Schumpeter busca responder uma questão fundamental, “o que é desenvolvimento econômico?”. O autor toma como ponto de partida para seus esforços intelectuais a teoria econômica do fluxo circular, cara ao influente economista francês Léon Walras. De acordo com Schumpeter, o fluxo circular se trata de uma formulação de economia estática, insuficiente e/ou, até mesmo incapaz de explicar o desenvolvimento. Ele ressalta que a contribuição de Léon Walras, apesar de altamente considerada, é aplicável apenas em um estado estacionário, onde o sistema econômico se acomoda em direção ao equilíbrio.

No prefácio da edição japonesa de (TDE), Haberler (1950) menciona uma conversa única entre Schumpeter e Walras. Walras teria afirmado que a vida econômica é apenas uma série de adaptações às ocorrências naturais e sociais. Schumpeter, no entanto, acredita que essas adaptações, embora possam levar ao crescimento, não constituem desenvolvimento econômico. Para ele, o desenvolvimento econômico é um



fenômeno qualitativamente diferente, que vai além das simples adaptações do sistema. De forma que Schumpeter (1911) concentra esforços em entender a passagem, a mudança dos equilíbrios para a construção de uma teoria econômica mais elegante, dinâmica, capaz de explicar os ciclos econômicos e o desenvolvimento.

Para Schumpeter (1911), o desenvolvimento econômico ocorre quando o fluxo circular é rompido pela introdução de inovações no sistema econômico, novas combinações de fatores de produção (novo bem, novo método de produção, novo mercado, nova fonte de matéria-prima, nova estrutura de custos, reorganização industrial). Ou seja, para se desenvolver é preciso romper o fluxo circular, e o elemento chave para tal é a inovação. Vale ressaltar a distinção trazida por Schumpeter entre invenção e inovação. Uma inovação se trata de uma invenção aplicada a processos industriais. Uma invenção não utilizada, é claro, não altera os rumos do fluxo circular, não sendo capaz então de trazer desenvolvimento.

Schumpeter deixa claro que os meios de produção necessários para novas combinações não estão ociosos, esperando para serem empregados na produção de novos bens. Esses recursos já estão disponíveis na sociedade e estão empregados em atividades que fazem parte do fluxo circular da economia. O desenvolvimento econômico, segundo Schumpeter, ocorre quando esses recursos são realocados de suas atividades atuais para novas combinações e usos. Essa realocação envolve retirar os meios de produção dos locais onde estão empregados e alocá-los em novas atividades. É essa inovação nas combinações de recursos existentes que, segundo Schumpeter, caracteriza o verdadeiro desenvolvimento econômico,

Para amarrar logicamente sua teoria, Schumpeter traz a figura do empreendedor, central em sua teoria do desenvolvimento econômico. O empreendedor, para Schumpeter, é um indivíduo com excepcionais habilidades, que, motivado pelo lucro, consegue aproveitar oportunidades de negócio para gerar inovação e romper o fluxo circular. Em suma, o empreendedor por meio da ousadia e imaginação é capaz de levar a economia a um novo equilíbrio, superior ao anterior, ou seja, mais desenvolvida. Vale ressaltar então que nem todos os dirigentes de empresas são empreendedores, dado que podem estar administrando os negócios sem introduzir nenhuma inovação ao sistema econômico. Nos termos de Heilbroner (1953), a figura do empreendedor está próxima a uma figura romântica, um tipo de “cavalheiro errante do sistema”, talentoso para reconhecer oportunidades de negócio.



Schumpeter (1911) também traz o crédito como elemento fundamental ao seu edifício teórico. É o crédito que financia as inovações. Ou seja, o fornecimento de crédito é condição necessária para o desenvolvimento econômico. O crédito para a realização das inovações é função de uma categoria de indivíduos denominada capitalistas. Tais recursos advêm dos fundos gerados por inovações bem sucedidas e da capacidade que os bancos têm de criar moeda e poder de compra, através do multiplicador bancário. Ao criar crédito, os bancos possibilitam que os empreendedores realoquem recursos para novas atividades, promovendo inovações e impulsionando o desenvolvimento econômico. Dessa forma, os bancos se tornam agentes essenciais na dinâmica do crescimento econômico ao apoiar a iniciativa empreendedora e a transformação econômica.

Há muito mais do que a figura do empreendedor na TDE de Schumpeter, a obra não apenas abrange a teoria da origem dos lucros pelas inovações no fluxo circular, mas também dos juros, do crédito e dos ciclos econômicos. Nos calcanhares dos inovadores vêm uma enxurrada de imitadores, dessa forma, a inovação se espalha de maneira geral por toda a indústria, e uma corrida aos empréstimos bancários dão origem a um “boom”. Esse “boom” ocorre até que a generalização da inovação se espalha por todo o sistema industrial, removendo sua vantagem diferencial e forçando os preços para baixo pelo aumento da competição. Os lucros vão desaparecendo e a economia retorna ao fluxo circular de rotina em um novo equilíbrio (Heilbroner, 1953).

De forma geral, para Schumpeter, sem inovação, a vida econômica atingiria um equilíbrio estático, o fluxo circular seguiria sua trajetória essencialmente pelos mesmos canais, os lucros desapareceriam e o acúmulo de riquezas cessaria. O empreendedor é aquele que torna o sistema dinâmico, motivado pela oportunidade de lucros e financiado pelos capitalistas, ele é capaz de introduzir uma inovação, que rompe o fluxo circular, desloca o equilíbrio, o que conseqüentemente acarreta em desenvolvimento econômico. Ao fim, ao cabo, Schumpeter observa que o fluxo circular não é capaz de explicar o desenvolvimento econômico. Em tal modelo, a economia pode ser traduzida em trocas puras, onde o lucro econômico é zero, ou seja, não contempla o incentivo para acumulação de capital.

Vale observar que Schumpeter (1911) não elenca em seu modelo a figura do Estado, para ele as mudanças revolucionárias que são condicionantes e causadoras do desenvolvimento econômico, advêm do empreendedor e não é dirigida, ou seja, não é



feita por meios estatais, mas sim individuais, motivadas capacidade de obtenção de crédito e oportunidades de lucros. Apenas em sua obra de 1942 “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, Schumpeter discute o papel do Estado. Nesta obra, ele argumenta que em uma economia capitalista madura, a inovação tende a se institucionalizar, e o Estado pode assumir um papel mais significativo na regulação econômica e na provisão de bens públicos.

### **Ragnar Nurkse e a Formação de Capital**

Ragnar Nurkse, nascido na Estônia, teve uma trajetória acadêmica distinta, com estudos na Universidade de Edimburgo e na Universidade de Viena. Em 1951, ele proferiu uma série de conferências no Rio de Janeiro, abordando questões cruciais do desenvolvimento econômico. O foco dessas conferências, que antecederam a publicação de sua obra influente 'Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos' em 1957, centrava-se nas dificuldades de acumulação de capital em nações em desenvolvimento. Este trabalho é notável por sua análise perspicaz das limitações inerentes ao subdesenvolvimento econômico e por sua contribuição substancial ao enriquecimento do diálogo sobre questões de desenvolvimento.

Nurkse (1957), seguindo os passos dos pioneiros em teorias de desenvolvimento econômico, concentrou-se na dinâmica do capital como um elemento essencial para o crescimento econômico, propondo uma teoria que detalha os obstáculos à formação de capital em países menos desenvolvidos.

#### *Círculo Vicioso da Pobreza*

Nurkse (1957) articula uma perspectiva intrigante sobre a pobreza em países subdesenvolvidos, encapsulada na sua assertiva de que 'um país é pobre porque é pobre'. Embora pareça tautológica, esta formulação destaca a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre as causas subjacentes da pobreza. O teórico identifica um desafio central: a falta de incentivos para o investimento. Ele descreve um círculo vicioso nas economias pobres, onde causas e consequências não só se interligam mas também se perpetuam mutuamente. Este ciclo envolve fatores tanto do lado da oferta



quanto da demanda de capital, que coletivamente obstaculizam a formação de capital em nações economicamente atrasadas.

Em países subdesenvolvidos, Nurkse (1957) identifica um ciclo restritivo de pobreza: devido à baixa renda, a maior parte dos recursos é consumida imediatamente, deixando pouco ou nenhum espaço para poupança. Essa ausência de poupança limita severamente a capacidade de investimento. Sem investimento, há um progresso técnico insuficiente, resultando em baixa produtividade. Esta produtividade estagnada, por sua vez, impede a acumulação de capital e mantém a renda em um patamar baixo. Portanto, a escassez de capital perpetua uma produtividade reduzida, criando um ciclo onde a renda limitada impede seu próprio aumento.

O conceito do “Círculo Vicioso da Pobreza”, como exposto anteriormente, ilustra uma dinâmica complexa envolvendo a oferta e a demanda por capital. Do lado da oferta, a capacidade de poupar é crucial, mas em contextos de baixa renda, a poupança torna-se um desafio. Esta limitação na poupança está intrinsecamente ligada à baixa produtividade, que por sua vez é uma consequência da escassez de capital. Já pelo lado da demanda, uma renda reduzida resulta em um mercado diminuto, desencorajando investimentos e perpetuando a baixa produtividade. Assim, o ciclo se fecha: a falta de estímulo para investir mantém a produtividade e a renda em níveis baixos, reforçando a dificuldade em acumular capital.

Vale observar que o ponto comum das relações circulares relativas à demanda e à oferta de capital é a condição inicial dessas nações atrasadas, qual seja, o baixo nível da renda real, refletida em baixa produtividade. No entanto, a utilização de capital pode ser inibida justamente pela pequena dimensão do mercado interno, condição presente em países atrasados, o que acarreta no problema de estímulos. Como o poder de compra da população é baixo, o mercado é pequeno. O capital não encontra oportunidades de investimento. Dessa forma, o tamanho do mercado é fundamentalmente determinado pela produtividade. Porém, sem capital não existe produtividade, de forma que não existe mercado e conseqüentemente não existe investimento.

#### *A Tese do Crescimento Equilibrado*

Partindo das considerações acima, algumas questões podem ser levantadas. Sem aplicação de capital, não há como se desenvolver e, por conseguinte, de acumular mais capital. Assim, se se parte de uma situação inicial de mercado de pequena dimensão que



deixa a economia no círculo vicioso da pobreza, como quebrar esse círculo? Como romper a cadeia? Tirar a economia do estado estacionário de subdesenvolvimento? Nurkse (1957) teoriza que a simples expansão monetária não é capaz de resolver a situação, tal simplesmente acarretaria em inflação. O autor então recorre à tese do crescimento equilibrado como meio de romper as amarras do subdesenvolvimento.

Nurkse (1957), em seu exame do desenvolvimento econômico, destaca que o simples aumento da produção em um setor isolado, como o de sapatos, não gera automaticamente sua própria demanda. Ele complementa essa visão com as teorias de Schumpeter sobre ciclos econômicos e inovação, propondo uma abordagem mais integrada e holística para o desenvolvimento. Segundo o autor, o processo de desenvolvimento não deve se basear unicamente na expansão de um único setor, mas numa abordagem mais balanceada que estimule a economia como um todo.

O crescimento equilibrado, conforme proposto por Nurkse (1957), enfatiza a interdependência entre diferentes indústrias. Ele argumenta que as indústrias não operam isoladamente, mas sim criam mercados umas para as outras, gerando uma complementaridade essencial. Portanto, a expansão coordenada de múltiplas indústrias é crucial para alcançar um tamanho de mercado adequado e estimular o desenvolvimento econômico. O crescimento de uma indústria impulsiona o das outras, embora algumas possam evoluir mais rapidamente devido à variabilidade nas elasticidades de demanda de seus produtos. Este crescimento mútuo não só aumenta a eficiência econômica, mas também expande o mercado global.

Nurkse (1957) sugere a adoção de ondas recorrentes de progresso industrial, caracterizadas por investimentos simultâneos e coordenados em diversas indústrias. Esta estratégia cria um efeito multiplicador, onde cada indústria não só sustenta seu próprio mercado, mas também contribui para o crescimento de outras. Esse processo interligado resulta em um avanço abrangente que permeia toda a estrutura econômica, impulsionando o desenvolvimento de vários setores de maneira conjunta e sinérgica.

A principal questão reside em como iniciar um ciclo virtuoso de desenvolvimento em economias onde a população é majoritariamente pobre e com renda limitada. A resposta para essas questões reside na dinâmica de economias externas - o progresso técnico aumenta os salários e cria um mercado consumidor que possibilita o processo de acumulação de capital. Ou seja, uma maneira de quebrar esse círculo vicioso é por meio da aplicação de capital planejada em diferentes indústrias, o que



permitiria uma ampliação geral do mercado e um melhor aproveitamento, em prol do desenvolvimento, da renda e capital a serem gerados e acumulados.

Para a realização de tal ação, Nurkse (1957) elenca como elemento chave a ação coordenada e planejadora do Estado. Ele utiliza o exemplo do Japão para demonstrar como o Estado pode desempenhar um papel crucial ao sincronizar empreendimentos e incentivar investimentos empresariais. No entanto, reconhece que essa abordagem por si só não é suficiente; ele ressalta a necessidade de poupança externa para fortalecer e consolidar o processo de desenvolvimento. Esta perspectiva sublinha a complexidade de alcançar o desenvolvimento econômico sustentável, destacando tanto o papel ativo do Estado quanto a necessidade de recursos externos.

Nurkse (1957) cita que os países industrializados são melhores fregueses uns dos outros (Folke, 1945). O tamanho do mercado e o nível de produtividade no longo prazo são os determinantes mais importantes do volume de comércio internacional. Desse modo, a estratégia de crescimento equilibrado, sendo meio de ampliar o mercado e estímulo à inversão de capital, incrementando a produtividade, seria fundamental para expandir o comércio externo das áreas economicamente mais atrasadas. Esta abordagem destaca a importância do comércio internacional no desenvolvimento econômico de países subdesenvolvidos.

### *Comércio Internacional*

A abordagem de Nurkse (1957) sobre a especialização no comércio internacional envolve uma análise crítica da teoria das vantagens comparativas. Ele argumenta que focar exclusivamente em setores com vantagens comparativas históricas, especialmente na produção de bens primários, pode ser limitante devido à instabilidade do mercado desses bens, como indicado na tese Singer-Prebisch (no início da década de 1950, esses autores encontraram evidências empíricas sobre o comércio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento que indicavam, dentre outros aspectos, que havia uma tendência à deterioração dos termos de troca para os produtos exportados por esses últimos - ou seja, os preços dos produtos primários tendiam a cair com referência aos preços dos produtos manufaturados). Nurkse (1957) sugere que um crescimento equilibrado deve considerar o mercado global, mas com um foco particular no fortalecimento do mercado interno. Ele postula que depender excessivamente das



exportações em face de uma demanda inelástica ou estagnada não é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento econômico.

A ideia central não é uma defesa da autarquia. Ao mesmo tempo em que o aumento de produtividade e a expansão do mercado estimulam a aplicação de capital, isso não leva necessariamente à redução do comércio externo, mas sim a uma transformação na composição das exportações e a um aumento nas importações. Sobre os investimentos estrangeiros, Nurkse realiza uma avaliação histórica, observando que estes se concentravam em indústrias extrativas para exportação, devido à demanda de matérias-primas pelos países industrializados. Como o mercado é pequeno em áreas menos desenvolvidas, havia pouco incentivo para instalar outros tipos de indústrias nessas regiões.

#### *Desemprego Disfarçado e Poupança Oculta*

Trazendo mais elementos para seu edifício teórico a respeito do problema da formação de capital nos países subdesenvolvidos, Nurkse avalia que o problema do suprimento de capital varia se a nação é pouco ou densamente povoada. Os países densamente povoados teriam ampla margem de desemprego disfarçado.

Mesmo que não houvesse modificação substancial nas técnicas de produção nos setores onde se observasse esse fenômeno, em geral, setores agrícolas, grande parte da mão de obra poderia ser transferida para outros setores, especialmente, indústrias, sem que esse deslocamento de fator trabalho incorresse na diminuição da produção dos setores que liberaram mão de obra. Em termos mais técnicos, significa que a produtividade marginal de muitos trabalhadores vinculados àquelas atividades pouco complexas seria praticamente nula, por isso a definição de desemprego disfarçado. O autor aqui traz uma ideia semelhante ao pressuposto utilizado por Arthur Lewis em seu trabalho clássico de 1954, “Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão de Obra”.

Lewis (1954) argumentava que em muitos países em desenvolvimento existia uma grande quantidade de mão de obra excedente, principalmente no setor agrícola, que poderia ser transferida para o setor industrial sem reduzir a produção agrícola. Isso se deve ao fato de muitos trabalhadores agrícolas serem subempregados ou trabalharem com eficiência marginal muito baixa, ou seja, sua produtividade adicional ao esforço de trabalho é próxima de zero. De acordo com o autor, o setor moderno (industrial) nas



economias em desenvolvimento poderia, portanto, crescer absorvendo essa mão de obra excedente do setor tradicional (agrícola) a uma taxa de salário constante, que é determinada pelo custo de subsistência. O crescimento do setor industrial não resultaria em aumento salarial até que toda a mão de obra excedente fosse absorvida e começasse a haver competição por trabalhadores, o que eventualmente elevaria os salários.

É como se houvesse uma poupança oculta, pois estaria aberta a possibilidade de deslocar esse excesso de população para projetos de formação de capital, tais como para a formação de infraestrutura, sem impactar negativamente a capacidade de produção dos setores que liberariam essa mão de obra. Já nos casos das nações escassamente povoadas, não existe o potencial de poupança oculta. Sem que se observassem melhorias radicais nas técnicas e métodos de produção, não haveria como deslocar mão de obra entre os setores, sem que isso acarretasse diminuição na produção dos setores que liberariam mão de obra, dada a escassez relativa do fator trabalho. Ou seja, mesmo sendo atividades, a princípio, de baixa complexidade, para fazer frente ao nível requerido de oferta, há um mínimo de fator trabalho a ser efetivamente empregado.

Partindo do contraponto entre os dois casos acima explicados, Nurkse (1957) destaca outra causalidade, relativa à relação entre o desenvolvimento agrícola e o industrial, condicionada à densidade populacional. No primeiro caso, de países densamente povoados, uma melhoria substancial da técnica agrícola pode talvez surgir unicamente como resultado de um desenvolvimento industrial. Em outras palavras, é como se a abundância de fator trabalho retirasse a restrição que incentiva o desenvolvimento de métodos mais produtivos na agricultura. Esse seria um aspecto negativo, do ponto de vista do desenvolvimento, na medida em que não enfrentaria, por exemplo, o problema da dualidade estrutural – em que convivem, no mesmo sistema econômico nacional, setores produtivos de baixíssima produtividade com outros de mais alta produtividade –, condição típica de países subdesenvolvidos. No segundo caso, de países com escassez populacional, uma melhoria na agricultura é o pré-requisito para a formação de capital e para o desenvolvimento industrial.

Então excesso de mão-de-obra é sempre bom? O excesso de mão de obra, poderia significar uma disponibilidade não aproveitada de recursos. No entanto, para que essa vantagem fosse aproveitada, estaria colocada aqui novamente a necessidade de planejamento, pois os mecanismos de mercado, por si só, não se encarregariam de



deslocar essa mão de obra excedente para os setores com maior potencial dinâmico de crescimento e desenvolvimento. É mais uma vez válido que se repare a necessidade de planejamento.

#### *Efeito demonstração e seus limites ao desenvolvimento*

Nas palavras de Nurkse, “é sempre mais fácil adotar hábitos de consumo superior do que métodos aperfeiçoados de produção” (Nurkse, 1957, p. 272). Um aumento na renda não se traduz em aumento da poupança, devido a questão da emulação do consumo. Os indivíduos tendem a imitar o padrão de consumo das elites mais ricas. A questão das funções de consumo se relacionarem entre si, não serem independentes, advém das formulações citadas por Nurkse de Duesenberry (1949). Ou seja, se a renda excedente vai para consumo de bens de luxo, existe outro problema de formação de poupança nessas economias.

O problema além de conduzir ao maior consumo e reduzir a quantidade de poupança interna disponível, também acarretaria em uma tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos, por meio da pressão sobre as importações. Assim, conclui-se que a desigualdade de renda internacional, por meio do efeito demonstração, alimentaria o funcionamento do círculo vicioso da pobreza, o que, por sua vez, incrementaria ainda mais o nível de disparidade entre as nações ricas e as nações pobres.

Restringir a importação de bens de luxo, para Nurkse não seria uma solução adequada. Pois, o efeito demonstração tende a atuar na função de consumo geral, e não apenas na pauta de importação. Ao concentrar o padrão de consumo em bens supérfluos, o efeito demonstração pode resultar na concentração de capital, já escasso nos países atrasados, em indústrias produtoras desses bens de luxo.

Nurkse mais uma vez vê a necessidade de um esforço interno para formação de capital nas nações atrasadas como única maneira de superar as amarras do subdesenvolvimento. Esforço por meio de planejamento e coordenação para geração das ondas de investimentos industriais e o conseqüente desenvolvimento, acarretado pela formação de estoque de capital capaz de romper o círculo vicioso da pobreza e o transformar em uma espécie de círculo virtuoso.

#### **Considerações Finais**



Tendo exposto as contribuições centrais de Schumpeter (1911) e Nurkse (1957) a respeito de suas formulações acerca do processo de desenvolvimento econômico, a presente seção se encarrega de amarrar logicamente um debate acerca da importância do papel desempenhado pelo Estado no tocante à necessidade de planejamento como impulsionador do desenvolvimento econômico. O objetivo é discutir a validade do modelo econômico de Schumpeter (1911) para países subdesenvolvidos, onde como sugerido por Nurkse, existe um entrave ao desenvolvimento causado pelo problema de incentivo à formação de capital.

O sistema econômico elaborado por Schumpeter (1911) não elenca o Estado como instituição participante do processo de desenvolvimento. No sistema, a figura do talentoso empreendedor motivado pelos lucros, capta recursos dos bancos e introduz as inovações no sistema produtivo, capazes de elevar o nível de desenvolvimento da economia.

Percebe-se que a teorização de Schumpeter é de suma relevância e importância, de fato é a inovação, a tecnologia que traz dinamismo à economia e é capaz de trazer desenvolvimento econômico. Porém, é válido refletir a respeito da validade de tal modelo para países subdesenvolvidos, onde os níveis de renda são baixos, não existe poupança e sequer existe um mercado consolidado. É razoável admitir que em tais condições de precariedade econômica, o empreendedor inovador motivado pelos lucros não entraria no jogo. Em situação de baixos níveis de produtividade e ausência de mercado, as possibilidades de lucro são inexistentes, de forma que esperar uma inovação privada nessa economia é basicamente incompatível com a realidade.

A teoria da formação de capital de Nurkse (1957) é capaz de fornecer melhores respostas nesse sentido. O motivo para isso reside no fato dela ter sido elaborada para explicar as condições de subdesenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Nurkse enfatiza os problemas da situação econômica desses países, traduzindo em seu círculo vicioso da pobreza. Sem mercado formado, não existe incentivo para o empreendimento. Pautado na tese do crescimento equilibrado, é necessário que através da coordenação e planejamento estatal se construa o mercado nesses países, para que, a partir de então, o subdesenvolvimento seja rompido e o círculo de pobreza se transforme em um círculo virtuoso gerador de renda.

Sobre Nurkse também é interessante que se retire bons “insights” a respeito da instrumentalização de políticas públicas. Para países escassamente povoados, por



exemplo, é interessante pensar em políticas de investimento em tecnologia agrícola. Dado que em tais não se verifica o potencial de poupança oculta, tornando condição necessária a melhoria das técnicas de agricultura para possibilitar a transferência de mão de obra do campo para a indústria. Também é possível refletir a respeito de política tributária, em meio a um ambiente onde a necessidade de emular o padrão de vida das elites ricas está exposto nos hábitos da população, é necessário que se crie mecanismos de poupança forçada para a geração de investimentos.

Vale ponderar que Schumpeter (1911), embora não tenha elencado o Estado para o seu modelo, também ensina sobre políticas públicas. Partindo do princípio de que é a inovação é a raiz do desenvolvimento. Onde o empreendedor schumpeteriano não tenha condições de aparecer pela precariedade da possibilidade de obtenção de lucros, é possível escalar o Estado para a realização da tarefa. Ao fim, ao cabo, Schumpeter (1911) dá respaldo à importância do investimento em tecnologia, e onde ela não pode vir por meios privados, pensar num Estado como empreendedor da inovação é bastante razoável. Gadelha (2002) examina o papel do Estado é examinado à luz dos neoschumpeterianos, que enfatizam a necessidade de um Estado ativo na promoção do desenvolvimento econômico. O autor sugere que esta abordagem advoga que o Estado não apenas corrige falhas de mercado, mas também desempenha um papel crucial na geração de variedade tecnológica e na administração do processo seletivo das inovações. O Estado é visto como um agente fundamental na criação de um ambiente que favorece tanto a emergência quanto a seleção de inovações tecnológicas eficientes, equilibrando a promoção de novas tecnologias com a garantia de que as mais vantajosas sejam adotadas no mercado. Esta visão evolucionista reconhece a importância das políticas estatais que são adaptativas e proativas, moldando as dinâmicas competitivas e tecnológicas de maneira que sustente o desenvolvimento econômico contínuo e dinâmico.

Contudo, note que em economias significativamente atrasadas, onde os mecanismos de mercado para geração de lucro são fracos ou ineficazes, a atuação do Estado, à la neoschumpeterianos, enfrenta limitações particulares. Nesses contextos, o Estado pode ter dificuldades em estimular a inovação e a diversidade tecnológica devido à falta de um setor privado robusto que responda aos incentivos e apoios fornecidos. A ausência de um mercado interno dinâmico e de empresas capazes de competir globalmente pode limitar a eficácia das políticas de incentivo à inovação.



De forma geral, ambos os autores trazem contribuições fundamentais ao debate econômico e é possível dizer que “envelheceram” muito bem. Suas teorias seguem sendo recorridas e geraram elementos que capacitaram a evolução da ciência econômica. Schumpeter (1911) teorizou de maneira esplêndida como a inovação é elemento fundamental para gerar o dinamismo e o desenvolvimento econômico. Nurkse (1957) examinou e conseguiu encontrar problemas fundamentais que amarram países à pobreza.

Podemos então tentar responder de maneira elegante à grande pergunta inicial exposta na breve introdução deste ensaio: *“Afiml, o Estado é um empecilho ao desenvolvimento econômico ou um grande auxiliador e acelerador do processo?”*. É possível teorizar que as ideias de Schumpeter, onde o Estado não tem papel no desenvolvimento, valem para nações que já romperam o estágio de subdesenvolvimento, já possuem mercado e incentivos para que a inovação apareça por meio dos empreendimentos privados. Contudo, embora Schumpeter não atribua um papel explícito ao Estado no desenvolvimento econômico na TDE, suas ideias sobre a dinâmica da inovação e do empreendedorismo oferecem diretrizes valiosas para a formulação de políticas. Políticas bem fundamentadas podem, portanto, criar um ambiente favorável ao surgimento e à sustentação de empreendimentos inovadores, essencial para economias que já superaram o estágio de subdesenvolvimento. Assim, ao interpretar Schumpeter (1911), é possível extrair insights sobre como o Estado pode facilitar a criação de condições propícias para a inovação, mesmo que ele não discuta diretamente o papel do Estado. Por outro lado, para nações subdesenvolvidas é de suma importância que se crie as condições para que o empreendimento surja, é preciso gerar o mercado e o incentivo para investir. Nesse ponto, Nurkse nos dá melhores caminhos, deixando de lado se a tese do crescimento equilibrado é ou não a mais adequada, o agente central de execução da tese é chave para as nações subdesenvolvidas. O Estado é fundamental para que uma nação rompa as amarras do subdesenvolvimento, ele é capaz através de planejamento e investimentos, criar o mercado e as condições para investir. Além disso, pode atuar como o empreendedor schumpeteriano, o agente inovador, que atua onde a iniciativa privada não possui as condições iniciais de emergir e inovar.

### **Referências**

Duesenberry, J. (1967). *Income, savings and the theory of consumer behaviour*. Oxford University Press. (Trabalho original publicado em 1949).

Gadelha, C. A. G. (2002). Estado e inovação: uma perspectiva evolucionista. *Revista de Economia Contemporânea*, 6, 85-117.

Haberler, G. (1950). Joseph Alois Schumpeter: 1883-1950. *Quarterly Journal of Economics*, 64(3), 333-372.

Heilbroner, R. (1992). *A História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1953).

Lewis, W. A. (1969). Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-Obra. In Agarwala, A. N. & Singh, S. P. (Orgs.), *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense. (Trabalho original publicado em 1954).

Nurkse, R. (1957). *Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 1952).

Prebisch, R. (1950). *The economic development of Latin America and its principal problems*. United Nations.

Rosenstein-Rodan, P. N. (1964). Notas da teoria do Big Push. In Ellis, H. & Wallich, H. (Orgs.), *Desenvolvimento Econômico na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura. (Trabalho original publicado em 1961).

Schumpeter, J. (1988). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (3ª ed.). São Paulo: Nova Cultural. (Trabalho original publicado em 1911).

Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Singer, H. (1950). The distribution of gains between investing and borrowing countries. *American Economic Review*, 40(3), 473–485.